



Caro Colega aposentado,

Com o alarde natural de eventos dessa natureza, recentemente toda a imprensa divulgou o maior ataque a dispositivo eletrônico realizado em nosso país, denominado a Fraude do Pix, responsável pelo desvio de mais de 800 milhões de reais de contas reservas mantidas junto ao Banco Central por empresas de serviços de pagamentos financeiros integrantes do Sistema de Pagamentos brasileiro.

Embora não tenha havido prejuízo a nenhum consumidor bancário, o Banco Central suspendeu imediatamente as operações PIX das prestadoras de serviços atingidas, por motivos de segurança. Ao mesmo tempo, a rápida ação da polícia identificou e prendeu o responsável pelo golpe, constatando não ter havido a suposta invasão: o golpe foi praticado a partir da utilização de credenciais de clientes e pessoas autorizadas a operarem pelas empresas envolvidas.

Ainda com o propósito de tranquilizar ao mercado e à sociedade, o Banco Central emitiu um comunicado público confirmando a origem externa do desvio, de responsabilidade de terceirizadas, sem qualquer impacto ou capacidade de afetar os sistemas de segurança e controle do Banco.

Isso não impediu que colegas nossos, e até mesmo nosso diretor presidente em visita ontem a líderes do Congresso, com interesses pouco transparentes em relação a potenciais ganhos salariais advindos da aprovação da PEC 65 que tramita no Senado, utilizassem o episódio em defesa da aprovação daquela alteração constitucional. A alegação é de que, sem a independência financeira em relação ao Orçamento Geral da União, a que está subordinado, o Banco estará sempre sujeito a enfrentar restrições orçamentárias, dificuldade de contratação de pessoal, ficando suscetível a riscos operacionais, de controle e de implantação de sistemas de segurança mais robustos.

Consideramos totalmente descabido e falacioso o discurso que faz uso de um evento protagonizado por empresas terceirizadas participantes do Sistema de Pagamentos, em favor da aprovação da referida PEC. Isso porque ao transformar a instituição típica de Estado que é o Banco Central, em Corporação Financeira de direito privado, não apenas o Banco sai do Orçamento da União, mas também seus funcionários deixam o regime do RJU, que lhes assegura autonomia, segurança e estabilidade no desempenho de sua função, fragilizando-os e tornando-os passíveis de pressões dos interesses do sistema financeiro a que fiscalizam, regulam e tomam decisões corretivas ou punitivas. O único benefício previsível da independência seria, se algum, a possibilidade da prática de política salarial acima dos limites do teto constitucional (para todos os funcionários???)

A independência estaria ancorada na criação de receita da emissão de dinheiro ou dos juros das operações na gestão de títulos públicos, ativos de toda a sociedade que não são propriedade do Banco. Adicionalmente, nada impediria que, para expandir sua receita própria no futuro, o Banco não se sentisse tentado a elevar as taxas de juros dos títulos. Isso, sem considerar a possibilidade futura de o Banco ser repartido, com partes importantes de sua estrutura podendo ser privatizadas (ou terceirizadas como o caso atual?)

Quanto aos aposentados, em carreira em extinção ou em lançados em carreira congênere, como estranhos no ninho e sem a existência de vínculos capazes de levarem a uma atuação comum na defesa de direitos e novas conquistas para todos, como ficariam suas reivindicações futuras? E em relação ao BC Saúde, como seria sua permanência no futuro?

Para tomar conhecimento da situação atual, obter esclarecimentos quanto à situação atual e futura da casa cuja construção é fruto de seu trabalho e dedicação, **convidamos a todos para, no dia 17 de julho, quinta feira, se dirigirem ao Auditório da nossa regional, a partir das 9 horas, onde além de um café de recepção servido pelo Sinal, poderemos trocar informações e acompanhar a reunião convocada pela Diretoria em defesa da PEC e para resolução de dúvidas.**

Lembre-se: sua presença no auditório é imprescindível, o que nos leva a nos colocarmos a sua disposição para prestar mais esclarecimentos e informações sobre nossas ações e sanar eventuais dúvidas.

Atenciosamente,
Conselho Regional do Sinal e AMASB